

## As relações entre Centros de Memória e Ciência da Informação: breve reflexão

*The relations between Memory Centers and Information Science: brief reflection*

**Daniele Feldman**

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.  
E-mail: [danyih@hotmail.com](mailto:danyih@hotmail.com)

**Gisela Eggert Steindel**

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP.  
Professora do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.  
E-mail: [f9giza@gmail.com](mailto:f9giza@gmail.com)

### Resumo

O estudo aqui apresentado efetua uma reflexão acerca da relação entre Centros de Memória e o campo Ciência da Informação. Neste sentido, foram evidenciados no corpo teórico do estudo as seguintes considerações: os conceitos empreendidos acerca da memória; a diferença entre memória e história; os lugares de memória; e os sentidos utilizados na construção de diálogos entre informação e documento na Ciência da Informação. Esta pesquisa mostrou que a prática e a teoria da Ciência da Informação são essenciais para a criação e o funcionamento dos Centros de Memória, pois viabiliza mecanismos para apropriação da informação cuja finalidade é o fluxo informacional e o conhecimento gerado.

**Palavras-chave:** Lugares de Memória. Centros de Memória. Ciência da Informação.

### Abstract

This study aims to make a brief reflection about the relations between Memory Centers and Information Science. We evidenced in the theoretical body of the study: the concepts undertaken about memory; the difference between memory and history; the places of memory; and the senses undertaken in the construction of dialogues between information and document in Information Science. This study showed that the practice and theory of the field of Information Science are essential for the creation and operation of Memory Centers, since this area enables mechanisms for the appropriation of information, in order to the information flow and knowledge generated.

**Keywords:** Places of Memory. Memory Centers. Information Science.

## 1. Introdução

O fortalecimento da memória no contexto institucional brasileiro ocorreu a partir dos anos 2000, subsidiado pelos avanços tecnológicos e pelos meios de comunicação que impulsionaram, na sociedade contemporânea, o uso de computadores e da internet (TOTINI; GAGETE, 2004). Isso possibilitou aos indivíduos o acesso a diversos documentos e, ao mesmo tempo, a novas formas de comunicação (PIMENTA, 2013).

O avanço das tecnologias e dos meios de comunicação suscitaram inquietações e sinalizaram, para as instituições educacionais e culturais, a existência de possíveis objetos do campo da Ciência da Informação (CI), refletindo quão necessário é manter a compreensão sobre o processo histórico pelo qual uma instituição passa para que ela possa se adaptar a essa nova realidade. Isso fez com que muitas instituições se voltassem para o aprendizado e a compreensão da sua história como forma de reconhecer e fortalecer sua identidade, evidenciando, no contexto institucional, a criação de lugares destinados à sua memória.

Os lugares destinados à memória no contexto institucional visam reunir, identificar, conservar e produzir conteúdo acerca da instituição, a fim de disseminar a documentação histórica aos seus colaboradores e para a sociedade (ITAÚ CULTURAL, 2013), ou seja, construir uma identidade comum entre instituição e indivíduos. Dessa forma, a memória no contexto institucional tem por objetivo propiciar um novo olhar sobre a trajetória da instituição e sobre sua relação com o entorno, bem como possibilitar, além da preservação do conhecimento produzido e acumulado na instituição, a disseminação de documentos que tratem da trajetória da instituição (TOTINI; GAGETE, 2004).

Sendo assim, para a criação de lugares destinados à memória no contexto institucional, torna-se necessário considerar o trabalho específico com áreas do conhecimento responsáveis pela guarda, preservação, organização e disseminação da informação, como, por exemplo, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Tais áreas estão inter-relacionadas diretamente com a CI, que visa estudar soluções para os problemas relativos à informação, seja no âmbito das instituições ou para os indivíduos, e essa informação pode estar registrada em suportes físicos ou no meio digital. Dessa forma, este estudo busca refletir sobre os lugares destinados à memória no contexto institucional e, mais especificamente, sobre os Centros de Memória (CM) e sua relação com a CI.

O estudo justifica-se porque a memória institucional tem ganhado cada vez mais espaço nas pautas de gestão das instituições no Brasil. Além disso, é possível contar com sua relevante contribuição teórica para a área da CI, permitindo discutir e abordar questões sobre a temática da memória, assunto que enriquece cada vez mais as pesquisas realizadas pelos profissionais da área.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta um aporte teórico desenvolvido com a seguinte estrutura de seções: além da introdução, a segunda seção evidencia os conceitos empreendidos acerca da memória com destaque para a memória coletiva; a terceira seção trata da diferença entre memória e história; a quarta seção refere-se aos lugares de memória, aos sentidos empreendidos para a constituição deste espaço; a quinta seção viabiliza os sentidos empreendidos na construção de diálogos entre informação e documento na CI; e a sexta seção apresenta as considerações finais; por fim, estão as referências bibliográficas usadas ao longo do estudo.

## **2. Memória**

Nas últimas décadas, devido às características e às demandas de informação e conhecimento que permeiam a sociedade, a memória adquire papel cada vez maior sob as mais variadas formas. Portanto, discutir sobre memória implica também realizar abordagens filosóficas, as quais estudam a memória como um fenômeno social.

Filosoficamente, a memória é tratada como a capacidade mental de armazenamento de informações pelo conhecimento adquirido ao longo do tempo. Com base no Dicionário de Filosofia de Japiassú e Marcondes (2006, p. 183-184), a memória pode ser entendida como “a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente”.

Atualmente, os campos científicos que estudam a memória contribuem de certa forma para a compreensão das características e dos problemas relacionados à memória social. No campo das Ciências Humanas, as discussões referentes à memória tratam da construção de identidades, visto que a memória em si é um dos seus elementos constituintes (LE GOFF, 1990).

A memória contribui para a construção de identidades na medida em que esta ressignifica o passado<sup>1</sup>. De acordo com Lowenthal (1998, p. 204), “[...] a identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois, sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças”. Dessa forma, a identidade se coloca como um marco próprio de seu tempo a sofrer transformações à medida que o tempo passa. Conhecer a história imediata permite a ressignificação da memória – um diálogo entre o passado/presente – com o objetivo de projetar o futuro.

A memória remete a uma (re)interpretação da história pois, à medida que o tempo passa, construiu-se uma nova forma de lidar com o presente. Isso acontece porque o ‘futuro’ nos remete à lembrança do passado. Sendo assim, a memória não é um produto resultante do acúmulo de vivências, mas uma ação de autorepresentação de uma sociedade. “Por isso, devemos conhecer o passado para entender o presente e construir o futuro” (FONTANELLI, 2005, p. 23).

Apesar das lembranças serem evocadas como um ato de sujeito (individual), relativamente íntimo (POLLAK, 1989), destaca-se como aporte teórico no desenvolvimento deste estudo a memória como um fenômeno eminentemente coletivo que ultrapassa o plano individual. Nessa direção, na compreensão de Halbwachs (2004)<sup>2</sup>, a memória individual está contida na memória coletiva, sendo, portanto, uma visão parcial acerca de determinado contexto social. Para o autor, tal conceito se consolida porque o indivíduo isolado não forma lembranças, o indivíduo só é capaz de lembrar quando se encontra inserido em um grupo de referência, cuja interação é mantida com outros indivíduos acerca de determinado contexto.

Essas interações estabelecidas entre o indivíduo e o grupo de referência criam as chamadas relações sociais e, sucessivamente, uma comunidade de afeto, um elo de sentimento que permite a identificação do indivíduo para com o grupo de referência, no qual se encontra inserido pela vivência. A vivência em grupo pode ser reconstruída pela lembrança, o ato de lembrar (HALBWACHS, 2004).

Ainda neste raciocínio, para Halbwachs (2004), o ato de lembrar visa o reconhecimento e a reconstrução que atualiza as relações sociais. Assim, é reconhecimento quando porta um

---

<sup>1</sup> Neste estudo, foi adotado o termo ressignifica/ressignificação para reconstrução da memória. Salvo as citações diretas que serão descritas na forma fiel do texto citado.

<sup>2</sup> Sociólogo francês, discípulo de Durkheim, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 1920 e 1940. Seu estudo estava voltado para as relações dinâmicas entre as classificações sociais e mentais. Contribuiu para a compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais em diferentes épocas. Sua obra com maior destaque permeia o estudo do conceito de memória coletiva.

sentimento do já visto – capacidade de armazenar informações do passado sob determinado contexto social e uma reconstrução que visa ressignificar determinado contexto social sob preocupações e interesses atuais. O mesmo autor destaca que a reconstrução da memória ocorre pelo processo de seleção, considerando a lembrança em si um processo incompleto e parcial, que revela mais as preocupações e interesses atuais do que efetivamente sobre o passado.

Isso ocorre porque é impossível lembrar todos os eventos vividos no passado. Por isso, “[...] recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2004, p. 54). No entanto, não é qualquer testemunho que pode servir para o processo de reconstrução da memória.

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2004, p. 39).

Assim sendo, a memória individual é constituída com/ou a/na intersecção da memória coletiva pelas lembranças dos indivíduos que se encontram inseridos no grupo de referência dos quais participam e/ou sofrem influência. No coletivo, a memória está em quadros sociais comuns, sobre a formação das lembranças dos indivíduos pelo seu compartilhamento. É como se fosse um acervo de lembranças. A lembrança é o que constitui a memória do grupo de referência e cria a identidade deste grupo, revelando seu modo de vida (suas raízes, seus costumes e valores) e sua relação com o tempo/espço.

Portanto, a memória é uma forma de representação da sociedade, a qual demonstra o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, intelectuais ou culturais esquecidos, armazenados e selecionados por determinado grupo social. Assim, as representações sociais são discursos memorialísticos produzidos conforme a memória, que faz lembrar e esquecer fragmentos da história.

É neste sentido, que a memória é o alicerce para a constituição de um CM, visto que contribui para a sensação de pertencimento a um grupo de passado comum. A memória contribui para o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico. Em suma, a memória traduz informações e abarca períodos sobre determinado contexto social mediante uma necessidade do tempo-presente.

Para tanto, novas abordagens enfatizam o diálogo construtivo entre a memória e a história como processos interligados e complementares. Nesta perspectiva, apresenta-se, a seguir, os conceitos de memória e história a partir de diversos autores, os quais contribuem para a temática deste estudo.

### **3. Memória e História: algumas considerações**

São inúmeras as discussões acerca da memória e da história, já que ambos os conceitos apresentam semelhanças e utilizam-se da mesma matéria prima – o passado cuja inflexão se constitui no tempo/espaço. Desde já, é oportuno atentar para o fato de que a memória e a história são coisas distintas e geram espaços de saber diferenciados, apesar de serem processos interligados e complementares.

De acordo com Le Goff (1990, p. 8-11), “[...] a memória é a produção do passado que deve ser transportada para o presente, enquanto a história é a ciência da evolução das sociedades humanas, que faz o elo entre o passado e presente”. Para Pinto (1998), a história é difícil de ser conceituada, porém a mesma se resume como investigação da ciência dos homens no tempo, pois na história o passado é estudado racionalmente e transformado em conhecimento, enquanto na memória o passado é ressignificado com base em fatos vividos.

Dessa forma, a memória pode ser compreendida como as formas que remetem ao passado, no qual determinado fato é ressignificado pela vivência, enquanto a história, como ciência da evolução da sociedade, tem por objetivo discutir, analisar e interpretar os fatos a fim de possibilitar a explicação do universo social (em que estamos inseridos) e sucessivamente transformar tais informações em conhecimento, podendo, assim, ser entendida como o alicerce da memória.

Na visão de Le Goff (1990) e Pinto (1998), a história em si não estabelece como os fatos realmente aconteceram. É por meio da memória, da lembrança – do ato de recordar, por meio do relato, da narração e do testemunho – que a história é interpretada e conhecida. Assim como, por meio de registros textuais antigos, que retratam um determinado contexto, por exemplo, a história antiga e medieval. Neste sentido, um dos elementos que diferencia a memória da história de forma notória condiz com a permanente renovação da lembrança.

Na perspectiva da permanente renovação da lembrança, Halbwachs (2004) propõe diferenças entre a memória e a história. Para esse autor, a condição necessária para que exista

memória é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra, isto porque “a memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. [...] na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado [...]” (HALBWACHS, 2004, p. 81-82).

Para Halbwachs (2004), a história não é memória pelo fato de haver uma descontinuidade entre quem a lê e os grupos, testemunhas dos fatos narrados. Portanto, há um distanciamento da história em relação aos grupos e a divisão do tempo histórico em fatos pontuais. É como se afirmasse que a história fragmenta o tempo. O autor citado entende que a história se põe fora dos grupos e acima deles. Assim sendo, memória e história, longe de serem sinônimos, opõem-se uma à outra (LE GOFF, 1990).

Halbwachs (2004) acredita que a história começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Para o autor, a história é escrita e impessoal pois as construções dos grupos desaparecem para ceder lugar a outros grupos cujos registros não foram escritos. A memória é a “história viva e vivida que permanece no tempo, renovando-se. [...] é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que habitam na sociedade profunda, na sensibilidade” (HALBWACHS, 2004, p. 67-68).

Ao encontro do pensamento de Halbwachs (2004), Nora (1993) enfatiza que a memória é um processo em evolução permanente, sempre atual, conduzido por grupos vivos no presente. A memória emerge de um grupo que ela une.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Em contrapartida, para Nora (1993) a história é registro, crítica e reflexão, pois é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é representação do passado.

A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Freitas e Braga (2006), por sua vez, afirmam que a memória deve ser um processo complexo, passivo e ativo da releitura dos fatos, não sendo somente um processo parcial,



reduzido e limitado à ordenação de fatos passados, pois a memória apoia-se na construção do presente para a ressignificação do passado dos diferentes grupos sociais com base em suas tradições e mudanças.

Assim, torna-se impróprio o uso como sinônimo da palavra história para a palavra memória, pois como representação social a memória reforça a construção de identidades, sejam coletivas ou individuais, enquanto a história é uma forma intelectual de conhecimento. Em suma, a memória é o objeto de análise e estudo da história (MENESES, 1992).

Sob o ponto de vista de Lowenthal (1998), a memória difere da história não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido, mas como é transmitido, preservado e alterado. A memória ressignifica o passado com o intuito de enriquecer e manipular o presente, enquanto a história visa preservar o conhecimento passado e produzir novos conhecimentos. Sendo assim, a memória elabora a história ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado. Isso porque a memória é subjetiva e um processo por meio do qual revela o passado com base no presente, enquanto a história é o conhecimento intencional produzido (LOWENTHAL, 1998).

Portanto, a história além de ser um saber científico, procura analisar e interpretar de forma crítica os fatos a fim de preservar o passado e produzir novos conhecimentos, enquanto a memória é o instrumento utilizado pela história que dá vida às produções culturais, significando momentos e experiências para os grupos sociais. Em suma, a história utiliza-se da memória para ressignificar um fato, um determinado contexto social. A respeito do cruzamento desses dois movimentos – memória e história –, será abordada a necessidade de criar lugares de memória.

#### **4. Lugares de Memória**

A expressão ‘lugares de memória’<sup>3</sup> foi proposta pelo historiador francês Pierre Nora mediante as profundas transformações ocorridas na sociedade contemporânea, as quais alteraram as relações tradicionais mantidas com o passado, ocasionando uma ruptura de identidade.

---

<sup>3</sup> Pierre Nora criou a expressão “lugares de memória” mediante seus estudos sobre memória e identidade na França. Inicialmente, a expressão foi debatida em Paris entre os anos de 1979 a 1981, em um seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales. O seminário tinha por objetivo refletir sobre a realidade política e cultural devido aos novos desafios do mundo globalizado, para tal foram utilizados objetos materiais e imateriais que representavam a memória nacional francesa para, então, estudar o sentimento nacional francês.



Nora (1993) partilha do mesmo pensamento de Halbwachs (2004), compreendendo que a memória coletiva ultrapassa o plano individual. Na visão daquele autor, a memória é sempre construção dos grupos sociais, são estes que determinam o que é memorável, o que está vivo e presente no dia a dia. Isso porque os símbolos e os suportes da memória coletiva são as únicas formas de preservação da memória humana.

De fato, para Nora (1993), a memória não é somente aquela que está com e nas pessoas, mas também consta nos símbolos e suportes que exprimem a memória. Sendo assim, os lugares de memória, independentemente do nome que recebam, são instituições coletoras de cultura, pois são responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, que valorizam qualquer tipo de vestígio, seja aquele coletado no passado, no presente ou, ainda, os vestígios a serem coletados no futuro. É neste sentido que os lugares de memória são criados mediante três sentidos: material, funcional e simbólico (NORA, 1993).

Os lugares de memória são criados sob a perspectiva material porque a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos, são lugares criados sob a perspectiva funcional porque mantém a função de produzir memória pelo alicerce da memória coletiva, e, ainda, são lugares simbólicos porque a memória coletiva está carregada de sentidos pelos quais se revela e se expressa.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo externo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21).

Dessa forma, para Nora (1993), os lugares de memória são espaços criados com os quais o indivíduo se identifica e se reconhece como agente, espaços cuja ritualização de uma memória e história ressuscita a lembrança, pois

Nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais, [...] são rituais de uma sociedade sem ritual [...] (NORA, 1993, p. 11-13).

Assim, os lugares de memória não visam somente à história porque já houve uma ruptura com o tempo, porque é algo que não existe mais, que já foi reconhecido, registrado e arquivado. Também não é somente memória, porque esta não se consolida como algo isolado. A memória surge para identificar determinado contexto social, mediante uma necessidade do tempo presente.

Nora (1993) acredita que a memória é um aporte para ressignificação da história, visto que a entende como tradição, portando uma herança que dá sentido e forma, enquanto a história é o correlato opositor, a qual separa e seleciona os fatos. Neste contexto, “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história só liga as continuidades temporais, as evoluções, e as relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9).

É neste segmento que Nora (1993) atenta para a questão da institucionalização dos lugares de memória como um entrecruzar dos dois movimentos, memória e história. Para o autor, no momento em que a tradição da memória, enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente, começa a se esvaír, é preciso criar marcos para ancorar uma nova memória. Por isso, é necessário partilhar com toda a sociedade os caminhos que já foram trilhados. Sendo assim, criar espaços para memória no contexto institucional, isto é, um CM, torna-se relevante.

Entretanto, compreende-se que áreas da CI, como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, em conjunto com áreas como da Sociologia, Antropologia e História, contribuem para a consolidação dos lugares de memória. Neste sentido, a seguir, apresenta-se a CI.

## 5. Ciência da Informação

A CI é uma ciência contemporânea que emerge no fim dos anos 1950 com o aumento vertiginoso da produção de informações decorrente do avanço científico e tecnológico. Tal avanço se deu após a Segunda Guerra Mundial como consequência da necessidade de novas descobertas entre as duas grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as quais almejavam desenvolver o conhecimento técnico-científico em diferentes áreas com especial ênfase no campo bélico.

No entendimento de Saracevic (1996) e Miranda (2002), a CI desenvolveu-se historicamente no período em que os problemas relacionados à informação (registro, controle e transmissão), oriundos da explosão informacional, modificaram completamente a sua relevância para a sociedade, evidenciando a importância de reunir, organizar e tornar acessível todo conhecimento humano produzido. Nesta direção, também Silva e Freire (2012) salientam que, além dos aspectos sociais, oriundos do avanço científico e tecnológico, outros fatores para o advento da CI na sociedade foram eventos institucionais técnico-científicos, tais como a *I Conference International of Bibliography*, realizada em 1895 e a *Conference no Institute of*

*Technology*, na Georgia em 1962. Este primeiro evento de 1895 resultou no *Institute International of Bibliography* (IIB)<sup>4</sup> proposto por Paul Otlet e Henri La Fontaine, o qual permeou a criação da área da Documentação e alavancou o entendimento sobre o conceito informação na CI.

Este evento como marco merece destaque porque, de acordo com alguns autores como Fonseca (2005), foi o que originou formalmente a CI como área do conhecimento ligada aos princípios e práticas da criação, organização, transmissão e recuperação da informação, que investiga as propriedades, o comportamento e as forças que governam o fluxo da informação a fim de seu uso e acessibilidade.

Borko (1968, p. 1-2) define a CI como:

Disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. Está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação.

Após aproximadamente 40 anos, Capurro e Hjørland (2007) apresentam um conceito da CI inscrito no século XXI, no qual, além de perpetuar os princípios e práticas da criação, organização e transmissão da informação, abordam também a questão do uso das tecnologias em prol do conhecimento comum. Para esses autores, a CI

[...] se preocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico, tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 186).

Essa ligação intrínseca com a tecnologia e a participação ativa no desenvolvimento da sociedade são, para Saracevic (1996), duas das três características fundamentais que constituem a CI. A terceira característica apontada por este autor é a interdisciplinaridade, a qual está presente desde os postulados da criação da Documentação.

A CI é uma ciência interdisciplinar pois se ocupa dos aspectos teóricos e práticos de outras áreas do conhecimento, que mantém como objeto de estudo a informação bem como sua

---

<sup>4</sup> O IIB foi criado no intuito de se estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica. Teve seu nome alterado para International Institute of Documentation (IID) em 1931 e para Federation International of Documentation (FID) em 1937. A partir de 1986, recebeu a nomenclatura de Federation International of Information and Documentation (FIID), utilizada até os dias atuais.

transferência. Nesta perspectiva, a CI é compreendida como um “leque”, sob o qual outras áreas do conhecimento se abrigam, como por exemplo a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Para tanto, o estudo da CI nos remete a duas definições quando relacionadas ao CM, a saber: Informação e Documento, conceitos discutidos no tópico seguinte.

### 5.1. Informação e Documento

A informação possui uma variedade de conceitos no contexto técnico-científico. Cada área do conhecimento atribui um significado para a informação a partir de seus princípios, teorias e prática. Essa diversidade de sentidos para a informação é o que denota a interdisciplinaridade, o que, sinteticamente, traduz o diálogo da área da CI com as demais áreas do conhecimento.

Em virtude da interdisciplinaridade, na CI não há definição precisa para a informação entre os estudiosos, ou seja, o conceito de informação não se admite isoladamente pois está intrinsecamente conectado a outros conceitos.

Em caráter preliminar, o que se pode afirmar é que a informação na CI é tratada a partir de três abordagens: cunho epistemológico, cunho técnico e cunho social. Pinheiro (2004) salienta que tais abordagens se consolidam a partir da estrutura, do conhecimento, da mensagem, do significado e do efeito ou processo na qual está inserida a informação.

O Quadro 1 visa demonstrar os diversos sentidos empreendidos na CI para a informação. Os sentidos expostos não representam a quantidade totalizante na CI, mas uma parte expressiva da qualidade conceitual.

Quadro 1 – Conceitos empreendidos na CI para a informação.

| Autor           | Conceito   | Ano  |
|-----------------|--|------|
| Paul Otlet      | Todo registro do pensamento humano.  | 1934 |
| Suzanne Briet   | Todo registrado físico intelectual, que pode representar, reconstruir ou provar um fenômeno.   | 1951 |
| Jesse Shera     | Trindade do atomismo, significando a operação tecnológica, do conteúdo, sendo aquilo que é transmitido, e do contexto, como o ambiente social e cultural que definem as características dos dois primeiros aspectos. | 1971 |
| Bertram Brookes | Elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.  | 1980 |

|                                |   |      |
|--------------------------------|---|------|
| Robert Hayes                   | Propriedade dos dados resultante de – ou produzida por – um processo realizado sobre os dados.  | 1986 |
| Tefko Saracevic                | Conjunto de mensagens consolidadas.   | 1986 |
| Michel Buckland                | Como processo (ato de informar); como conhecimento (comunicação); e como coisa (atribuído para objetos).  | 1991 |
| Gernot Wersig                  | Conhecimento em ação.   | 1993 |
| Yves-François Le Coadic        | Conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.   | 1996 |
| Maria Nélide González de Gómez | Como objeto cultural, que se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições).   | 2000 |
| Fernanda Ribeiro               | Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada. | 2002 |
| Birger Hjørland                | No âmbito da análise de domínios e comunidades discursivas.   | 2002 |
| Aldo de Albuquerque Barreto    | Estruturas simbólicas significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.   | 2002 |
| Chun Wei Choo                  | Recurso em instituições como o resultado de pessoas construindo significado a partir de mensagens e insinuações.  | 2004 |
| Miguel Angel Rendón-Rojas      | Ente ideal (abstrato), construído com base em características secundárias dos signos.   | 2005 |
| Bernd Frohmann                 | Materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos.   | 2008 |

Fonte: Adaptada de Silva e Gomes (2015).

A concepção de documento na CI tem como principais representantes: Paul Otlet, com a sua respectiva obra *Traité de documentation*<sup>5</sup>, publicada em 1934, e Suzanne Briet<sup>6</sup>, com sua obra intitulada *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951. Essas obras são consideradas por autores como Frohmann (2007) a primeira introdução compreensiva do estado de informação como fenômeno social.

Otlet (1996) partiu do pressuposto de que o documento em todos os lugares é como uma força social, isto é, representante de todo o registro do pensamento humano, do processo de comunicação à transmissão de conhecimentos. Assim sendo, este autor trabalha a noção de documento a partir de novas possibilidades, o que permitiu a “[...] abrangência de precedentes para pensá-los como informação fixada em diferentes suportes e a partir do seu papel social”

<sup>5</sup> Obra que expressa o pensamento de Paul Otlet sobre a organização e o acesso ao conhecimento, que apresenta a primeira sistematização da Documentação como resultado sobre o trabalho realizado no IIB.

<sup>6</sup> Bibliotecária, Historiadora, feminista, considerava a definição de documento como central para compreensão da atividade bibliográfica conhecida como Documentação.

(CRIPPA; MOSTAFA, 2011, p. 41). Para Otlet (1996), os documentos não se restringem a registros textuais, pois representam um objeto e expressam uma ideia por meio de sinais gráficos – escrita, diagramas, mapas, algarismo e símbolos (FONTANELLI, 2005).

Briet (1951) associa o documento a estruturas físicas e abstratas, isso porque o objeto físico é como um antílope que pode ser considerado um documento. A autora parte do pressuposto que os seres e as coisas mostram sua documentalidade na medida em que são relacionados ou associados a outros e por alguém, pois acredita que o documento é “indício concreto ou símbolo, conservado ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico intelectual” (BRAVO, 2002, p. 92, tradução nossa).

Essa abrangência de tipos documentais<sup>7</sup> proposta por Otlet (1996) e Briet (1951) vem ao encontro dos princípios e objetos da Nova História, mais precisamente da História Cultural, que começou a ser difundida mundialmente a partir dos anos 1930. A abordagem da História Cultural compreende os processos históricos pensados de forma mais ampla a partir de múltiplos olhares (PESAVENTO, 2004). Busca-se compreender as diversas formas como a sociedade pode falar de si mesma, por isso, a noção de documento amplia-se, perpetuando também os objetos da cultura material oriundos da cultura popular.

Segundo Le Goff (1990), o alargamento daquilo que se entendia como documento ocorreu de maneira qualitativa e quantitativa. Para o autor, a história tradicional que se pautava nos feitos dos grandes homens na história política, diplomática e militar, que buscava nos registros textuais revelar como realmente os fatos aconteceram, amplia-se inovando o espírito do historiador, focalizando a relação entre o individual e o coletivo, passando a considerar toda a atividade humana e a preocupar-se mais com a análise das estruturas na sociedade, com os sistemas de valores e os modos de vida dos diversos grupos sociais. Isso se deve porque “[...] a história faz-se com documentos escritos sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode se fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (FEBVRE, 1949 *apud* LE GOFF, 1990, p. 490), pois para o autor documentos são “signos”, que representam a ação humana.

A representação enquanto constructo, para Chartier (1991), é uma ação construída nas práticas sociais, visto que nenhum texto (contexto) traduz a realidade em sua totalidade. Em outras palavras, as representações visam a “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras

---

<sup>7</sup> Neste estudo, os tipos de documentos não tratam da tipologia documental utilizada na área da Arquivologia.

graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1991, p. 17).

Neste raciocínio, as representações substituem o mundo real, e para Pesavento (2004, p. 39), mesmo sendo “[...] construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”. A autora destaca que cada grupo social possui conjuntos de práticas que os descrevem. As práticas são as expressões das representações, as quais formam uma “[...] realidade paralela à existência dos indivíduos, e fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2004, p. 39).

É nesta perspectiva que, para Le Goff (1990), o documento é um monumento por resultar do esforço das sociedades, determinando sua própria imagem. Para esse autor, o monumento é todo legado da memória coletiva, “[...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]” (LE GOFF, 1990, p. 486). Ainda segundo este autor, os documentos devem ser considerados monumentos porque antes de informar, possuem uma forma que, além de ensinar, têm a capacidade de impressionar (LE GOFF, 1990). Essa impressão é o que reflete a memória por excelência, que traduz os bens culturais expressos na sociedade.

Assim, a CI não estuda apenas os documentos que resultam em registros textuais, mas os diversos tipos de documentos que representam a evolução da humanidade, dos quais emergem novos saberes e que representam os bens culturais e materiais.

Nos estudos da CI o conceito de documento é compreendido de forma alargada. Assim, têm-se os documentos arquivísticos, os bibliográficos e os museológicos, conforme exposto a seguir.

## 5.2. O Documento conforme a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são áreas convergentes da CI, que mantém em comum as finalidades a que se destinam (recolher, tratar, transferir e disponibilizar a informação) e o papel que ocupam no processo sociocultural na sociedade, visto que preservam a memória e o patrimônio histórico das nações pela guarda de documentos.

Para tanto, a diferença entre as áreas – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – reside nos tipos de documentos e na forma e função em que estes são criados e armazenados,



ou seja, preservados. Neste sentido, torna-se evidente a abrangência do que seja o documento nessas áreas, isto é, no arquivo, na biblioteca e no museu.

De maneira simplificada, os arquivos são instituições que surgem por motivos funcionais, administrativos e legais a fim de provar, de evidenciar alguma coisa, no âmbito da instituição a qual serve, em função de suas atividades (BELLOTO, 2006). Segundo Delmas (1996, p. 439, tradução nossa), a definição clássica de documento de arquivo condiz com:

Um documento que, independentemente da forma ou suporte físico, foi criado ou recebido por um único indivíduo ou por uma instituição em um determinado momento, no decurso de, e para a execução de, suas atividades habituais.

Assim sendo, a natureza do documento de arquivo não é determinada pela forma e pelo suporte físico, mas pela finalidade, conforme afirma Paes (2006, p. 26) ao intensificar que o documento de arquivo consiste no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém [...], o que vale é o conteúdo”.

Neste sentido, Camargo (1998, p. 170) salienta que o “documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem”, pois o que importa na documentação arquivística é “o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência”, diferente do documento de biblioteca, que visa instruir e ensinar.

De acordo com Belloto (2006), o documento de biblioteca é resultado de uma criação artística, técnica, científica e humanística, por isso, engloba registros bibliográficos impressos ou manuscritos e no formato eletrônico, bem como materiais audiovisuais. A autora ainda destaca que a instituição biblioteca é um órgão colecionador, que surge para fins didáticos e o seu material é classificado segundo a natureza e as áreas do conhecimento.

Assim como as bibliotecas, o museu é também um órgão colecionador, porém surge para fins educacionais e culturais. O documento de museu origina-se da criação artística ou da cultura material de um grupo e representa uma época ou atividade, por isso, englobam registros textuais e objetos tridimensionais sob os mais variados tipos e formas (BELLOTO, 2006). Em suma, o museu é uma instituição que representa a memória social do sujeito homem – a cultura, o modo de agir e pensar em determinado tempo\espaço. Belloto (2006) destaca que esta instituição classifica o seu material segundo a natureza, o recorte de tempo e o assunto.

O Quadro 2 visa demonstrar de forma simplificada como é abordado o documento na área da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, isto é, no arquivo, na biblioteca e no museu.

Quadro 2 – Arquivo, biblioteca e museu: o documento

| <b>Documento</b>     | <b>Arquivo</b>                       | <b>Biblioteca</b>                                     | <b>Museu</b>                                  |
|----------------------|--------------------------------------|---|---|
| <b>Finalidade</b>    | Prova e evidencia.                   | Didática.   | Educacional e cultural.                       |
| <b>Origem</b>        | Atividades administrativas e legais. | Criação artística, técnica, científica e humanística. | Criação artística e cultura material.         |
| <b>Tipos</b>         | Registros textuais.                  | Registros bibliográficos e materiais audiovisuais.    | Registros textuais e objetos tridimensionais. |
| <b>Classificação</b> | Conteúdo.                            | Natureza e área do conhecimento.                      | Natureza, recorte de tempo e assunto.         |

Fonte: Adaptada de Belloto (2006).

## 6. Considerações

O presente estudo, ao propor uma reflexão acerca dos CM e sua relação com a CI, evidencia que os documentos do acervo dos CM não estão limitados a registros textuais, uma vez que este espaço viabiliza a preservação da memória institucional por meio do conjunto de bens materiais e/ou imateriais que reflete a trajetória da instituição.

Observa-se ainda que no contexto institucional os CM visam resguardar e utilizar a memória tanto socialmente quanto estrategicamente para a divulgação da instituição, esta, por sua vez, atrai a atenção do público. Portanto, a evidenciação da responsabilidade histórica da instituição, a fim de fortalecer a imagem, a identidade e a reputação, legítima e fortalece a instituição no contexto social em que está inserida, pois é a vinculação da identidade à imagem que constitui a dimensão cultural inerente à trajetória da instituição.

Percebeu-se que a apropriação dos procedimentos das áreas da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, permeadas pela CI, são essenciais para a criação e o funcionamento dos CM pois, além das atividades técnicas, ambas as áreas enfatizam o processo de comunicação neste espaço, ou seja, a questão do paradigma da informação/necessidades dos usuários.

Neste sentido, os profissionais da área da CI devem se unir em prol de um bem maior, tendo em vista o uso da informação aliada às novas tecnologias e aos meios de comunicação, a fim de criarem mecanismos para os CM que evidenciem desde a coleta à disponibilização da informação para o seu público de forma satisfatória. Dessa forma, cabe a estes profissionais

criarem mecanismos que viabilizem a apropriação da informação, cuja finalidade é a estruturação do fluxo informacional e do conhecimento gerado, pois somente a disponibilização da informação ao usuário não garante a sua apropriação.

Por fim, para que os profissionais da CI cumpram sua missão, torna-se necessário o aperfeiçoamento constante, como a criação de mecanismos que vão ao encontro das atuais necessidades de informação dos usuários na sociedade contemporânea.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <<http://www.josesales.com.br/arquivos/BORKO%20Harold%20%20Ci%C3%Aancia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Espanha: Trea, 2002.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169- 175, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CHARTIER, Roger. O mundo como representações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. **American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, out. 1996. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.59.4.kxt762862g115304>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária**. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/memoria>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA, Paula Lou Ane Matos. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. **Rev. Histórica**, São Paulo, n. 13, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia03>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

FROHMANN, Bernd. The role of facts in Paul Otlet's modernist project of documentation. *In*: RAYWARD, W. Boyd (org.). **European modernism and the information society: informing the present, understanding the past**. Aldershot, Hants, England; Burlington, VT: Ashgate, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória: manual básico para implementação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. Disponível em: <[http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2013/11/CM\\_web.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2013/11/CM_web.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionários básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-201, 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MIRANDA, Antônio. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-27, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília: IBICT, 2013.

PINHEIRO, Lena Vieira Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/31>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 203-211, nov. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11146/8177>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145/13200>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élide. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJE, 2004.

Artigo submetido em: 19 jan. 2018  
Artigo aceito em: 12 fev. 2019